



Na opinião do advogado-geral P. Cruz Villalón, uma medida que ordena a um fornecedor de acesso à Internet a instalação de um sistema de filtragem e de bloqueio das comunicações electrónicas de modo a proteger os direitos de propriedade intelectual viola, em princípio, os direitos fundamentais

Para ser admissível, uma medida desse tipo deve respeitar os requisitos de limitação do exercício dos direitos previstos na Carta dos Direitos Fundamentais. Deve assim, nomeadamente, assentar numa base legal que responda às exigências relativas «  qualidade da lei» em causa

Os tribunais competentes belgas podem, por força da legislação nacional, ordenar por injunção a cessaa  o de qualquer violação de um direito de propriedade intelectual. Está previsto, em especial, que quando um terceiro utiliza os serviços de um intermediário para cometer uma violação deste tipo, os tribunais podem adoptar injunções de cessaa  o dirigidas a esse intermediário.

A Société belge des auteurs compositeurs et  diteurs (Sabam) requereu a adopção de uma medida provisória contra a Scarlet Extended SA, um fornecedor de acesso à Internet. A Sabam pedia, antes de mais, que fosse declarada a violação dos direitos de autor sobre as obras musicais pertencentes ao seu repertório, que resultam da troca não autorizada, pelo intermediário dos serviços fornecidos pela Scarlet, de ficheiros musicais electrónicos efectuada nomeadamente através de software *peer-to-peer*. Além disso, a Sabam pedia que a Scarlet fosse condenada a fazer cessar essas violações, sob pena de aplicação de uma sanção pecuniária compulsória, tornando impossível ou paralisando qualquer forma de envio ou de recepção pelos seus clientes, através de software *peer-to-peer*, de ficheiros que contenham uma obra musical sem autorização dos titulares dos direitos.

Por decisão de 26 de Novembro de 2004, foi declarada a existência destas violações dos direitos de autor. Após uma peritagem técnica, a Scarlet foi condenada, por uma segunda decisão de 29 de Junho de 2007, a cessar essas violações dos direitos de autor tornando impossível qualquer forma de envio ou recepção pelos seus clientes, através de software *peer-to-peer*, nomeadamente, de ficheiros electrónicos que contenham uma obra musical do repertório da Sabam, no prazo de seis meses ¹ sob pena de aplicação de uma sanção pecuniária compulsória de 2,500 euros por cada dia de incumprimento.

A Scarlet interpôs recurso desta decisão para a Cour d'appel de Bruxelles [Tribunal de recurso de Bruxelas (Bélgica)] que deve decidir se confirma esta medida adoptada contra a Scarlet. Neste contexto, a Cour d'appel de Bruxelles pergunta ao Tribunal de Justiça se o direito da União e, em especial, os direitos fundamentais garantidos pela Carta dos Direitos Fundamentais permitem que um órgão jurisdiccional nacional adopte, sob a forma de injunção, uma medida que ordena a um fornecedor de acesso à Internet a instalação de um sistema de filtragem e de bloqueio das comunicações electrónicas.

Nas conclusões hoje apresentadas, o advogado-geral constata que o sistema a instalar deve garantir, em primeiro lugar, a filtragem de todas as comunicações de dados que circulam na rede da Scarlet, de forma a detectar as que implicam uma violação dos direitos de autor. Através desta

¹ Contudo, a aplicação da sanção pecuniária compulsória foi finalmente suspensa até 31 de Outubro de 2008

filtragem, o sistema deve garantir, em segundo lugar, o bloqueio das comunicações que impliquem efectivamente uma violação dos direitos de autor, quer seja ao nível do pedido ou no momento do envio.

P. Cruz Villalón considera que a medida de injunção reveste, assim, a forma de uma **obrigação de carácter geral destinada a ser alargada, a prazo, de forma permanente a todos os fornecedores de acesso à Internet**. O advogado-geral salienta, em particular, que a medida afecta duradouramente um número indeterminado de pessoas colectivas ou singulares sem ter em conta a sua relação contratual com a Scarlet nem o seu Estado de residência. Com efeito, o sistema deve poder bloquear qualquer envio de um internauta assinante da Scarlet a outro internauta (assinante ou não da Scarlet e residente ou não na Bélgica) de qualquer ficheiro susceptível de violar um direito de que a Sabam garante a gestão, a recolha e a protecção. Da mesma forma, deve também poder bloquear a recepção por qualquer internauta assinante da Scarlet de qualquer ficheiro que viole os direitos de autor proveniente de qualquer outro internauta. O advogado-geral acresce que a medida é aplicada *in abstracto* e a título preventivo, isto é, sem que se tenha verificado previamente uma violação efectiva ou mesmo um risco de violação eminente de um direito de propriedade intelectual.

Além disso, o advogado-geral precisa que a medida em causa constitui **uma obrigação nova**. Com efeito, a medida impõe à Scarlet uma obrigação de resultado relativamente à protecção dos direitos de autor defendidos pela Sabam através do sistema instalado e isso sob pena de aplicação de uma sanção pecuniária compulsória. Acresce que põe a seu cargo os custos de instalação do sistema de filtragem e de bloqueio. Assim sendo, através desse sistema, a responsabilidade jurídica e económica da luta contra a teledescarga ilegal de obras pirateadas na Internet seria em grande medida delegada nos fornecedores de acesso à Internet.

Partindo destas características, P. Cruz Villalón considera que **a instalação deste sistema de filtragem e de bloqueio constitui uma limitação do direito ao respeito do segredo das comunicações e do direito à protecção dos dados pessoais, protegidos pela Carta dos Direitos Fundamentais. Do mesmo modo, a aplicação desse sistema limita a liberdade de informação protegida também pela Carta dos Direitos Fundamentais**.

O advogado-geral recorda, no entanto, que a **Carta dos Direitos Fundamentais reconhece a possibilidade de uma limitação ao exercício dos direitos e liberdades que garante desde que, nomeadamente, essa limitação esteja «prevista na lei»**. Em conformidade com a jurisprudência desenvolvida na matéria pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, P. Cruz Villalón considera que uma limitação ao exercício dos direitos e liberdades garantidos pela Carta dos Direitos Fundamentais deve assentar numa base legal que responda às exigências relativas à «qualidade da lei» em causa. Por conseguinte, na sua opinião, **uma limitação dos direitos e liberdades dos internautas como a que está em causa só é admissível se assentar numa base legal nacional, acessível, clara e previsível**.

Ora, segundo o advogado-geral, não se pode considerar **que a obrigação de os fornecedores de acesso à Internet instalarem, inteiramente a expensas suas, o sistema de filtragem e de bloqueio em causa tenha sido prevista de forma expressa, prévia, clara e precisa na disposição legal belga em questão**. Com efeito, a obrigação a cargo dos fornecedores de acesso à Internet, é, por um lado, muito particular, e, por outro, «nova» ou mesmo inesperada. Além disso, o advogado-geral salienta que nem o sistema de filtragem, que se destina a ser aplicado de forma sistemática, universal, permanente e perpétua, nem o mecanismo de bloqueio, que pode ser accionado sem que esteja prevista a possibilidade de as pessoas afectadas o contestarem ou a ele se oporem, são acompanhados de garantias suficientes.

Consequentemente, **o advogado-geral propõe que o Tribunal de Justiça declare que o direito da União se opõe à adopção por um tribunal nacional, com base na disposição legal belga, de uma medida que ordena a um fornecedor de acesso à Internet a instalação, relativamente a toda a sua clientela, *in abstracto* e a título preventivo, exclusivamente a expensas suas e sem limitação no tempo, de um sistema de filtragem de todas as comunicações electrónicas que passem pelos seus serviços (nomeadamente através de**

software *peer-to-peer*) com o fim de identificar na sua rede a circulação de ficheiros electrónicos que contenham um obra musical, cinematográfica ou audiovisual sobre a qual terceiros pretendam deter direitos e seguidamente bloquear a transferência desses ficheiros, ao nível do pedido ou no momento do envio.

NOTA: As conclusões do advogado-geral não vinculam o Tribunal de Justiça. A missão dos advogados-gerais consiste em propor ao Tribunal de Justiça, com toda a independência, uma solução jurídica nos processos que lhes são atribuídos. Os juízes do Tribunal de Justiça iniciam agora a sua deliberação no presente processo. O acórdão será proferido em data posterior.

NOTA: O reenvio prejudicial permite aos órgãos jurisdicionais dos Estados-Membros, no âmbito de um litígio que lhes é submetido, interrogar o Tribunal de Justiça sobre a interpretação do direito da União ou sobre a validade de um acto da União. O Tribunal de Justiça não decide o litígio nacional. Cabe ao órgão jurisdicional nacional decidir a causa em conformidade com a decisão do Tribunal de Justiça. Esta decisão vincula, da mesma forma, os outros órgãos jurisdicionais nacionais que venham a ser chamados a apreciar um problema semelhante.

Documento não oficial, para uso exclusivo dos órgãos de informação, que não envolve a responsabilidade do Tribunal de Justiça.

O [texto integral](#) das conclusões é publicado no sítio CURIA no dia da leitura

Contacto Imprensa: Agnès López Gay 📞 (+352) 4303 3667